

diplomatie BRASIL

CIDADES CONTROLADAS

Associações de moradores precisam repensar seu papel nas favelas

Em entrevista, o jornalista Itamar Silva, diretor do Ibase e presidente do Grupo ECO do Santa Marta, comenta avanços e retrocessos da organização dos habitantes das favelas. Para ele, as associações de moradores, que já vinham experimentando uma crise de identidade, precisam rediscutir seu papel após a chegada das UPPs

por *Sonia Fleury, Sabrina Guerghe e Juliana Kabad*

DIPLOMATIQUE– Qual é a história do associativismo na favela e como é o cenário atual diante das UPPs? Como os moradores se organizam para participar ou reagir ao que acontece e quais dificuldades enfrentam?

ITAMAR SILVA –No final da década de 1970, a Faferj [Federação de Favelas do Rio de Janeiro] cumpriu um papel muito importante na reorganização das forças democráticas que estavam ali brigando pela redemocratização. A Federação espelhou isso por meio da disputa entre o chaguismo [referência ao político carioca Chagas Freitas, cuja marca era o uso da máquina pública para vencer eleições] e o MDB. Essa disputa oxigenou o movimento. Na década de 1980, a Faferj estava renovada não só nos nomes, mas na proposta de como olhar a favela, empunhando a bandeira da urbanização e agregando uma série de associações de moradores. Entramos nos anos 1980 com muita força, discutindo com o poder público e fazendo o Estado abrir algumas portas e negociar diretamente com as associações.

Mas isso também significou um problema porque uma parte das lideranças foi cooptada pela dinâmica institucional. Muitas se transformaram em quase gestoras de projetos governamentais. Melhor que cooptação, trata-se de um processo de barganha mútua. Ao lado do recrudescimento da disputa pelo controle das favelas pelo tráfico de drogas, isso promoveu um enfraquecimento das associações. Por quê? De um lado havia o fisiologismo, a barganha política entre as lideranças e os governos. De outro, a dinâmica da violência do tráfico no caminho das associações. Em alguns casos, estas se fragilizaram na medida em que ficaram subordinadas ao poder do tráfico. Em outros casos, elas precisaram sair de campo, deixar a direção para quem estivesse mais disponível a fazer um jogo flexível, seja em relação ao tráfico, seja em relação ao fisiologismo.

Desse modo, o campo das associações ficou nebuloso nos anos 1990. Em algum momento, não só o Estado, mas outros atores externos se beneficiaram dessa fragilidade, ou subordinando as associações, ou criando outras dinâmicas para além das associações ou por sobre elas. Tanto que alguns presidentes de associação diziam que o que era bom ficava para ONGs e grupos comunitários; já o enfrentamento com a polícia, a defesa do território, cabia a eles. Os presidentes se viram na berlinda; e por isso muitos ficaram com a pecha de coniventes com o tráfico de drogas ou de subordinados ao Estado.

Isso complicou a questão da identidade das associações. No final dos anos 1980, esta já era questionada, porque a briga das organizações era levar serviços do Estado para dentro da favela. Conforme vários projetos levavam luz, água, creche..., as associações perdiam seu horizonte. Aquelas que tinham um horizonte político, de organização dos moradores numa busca constante por um Estado democrático, permaneceram com um papel mais politizado. Mas a maioria caiu na armadilha do papel de síndico. Esse é o grande nó das associações de moradores, que permanece até hoje.

DIPLOMATIQUE – Mas as lideranças da favela tentam de alguma maneira preservar esse espaço das associações, talvez para o futuro...

ITAMAR– Com certeza. Há uma luta para preservar o espaço das associações porque elas são um lugar de barganha política – em todas as campanhas elas continuam sendo vistas como apoio importante – e também porque são importantes para os projetos que entram nas localidades e precisam do respaldo delas. Hoje, as UPPs complicaram bastante a situação. Com as ocupações, a associação ficou sem saber o seu papel e não há espaço

para a construção de um novo lugar para ela. Por quê? Ao Estado, visto enquanto UPP, interessa ter a associação como parceira absoluta, de forma acrítica. E algumas dinâmicas internas nessas localidades querem preservar sua autonomia política, com posicionamento, crítica e capacidade de reação. Porém, nesse ponto, a associação se perde; não consegue agregar as forças internas, porque está esfacelada e não tem legitimidade e força para representar o coletivo. Hoje temos um desafio enorme, que é pensar um desenho organizativo capaz de responder a essa atualidade da favela pacificada. A UPP Social entrou em campo com o objetivo de tentar reorganizar ou criar uma nova institucionalidade, mas ela fracassou nesse intento de costurar um novo desenho de representação coletiva local. E muitas vezes essa tentativa em alguns lugares acabou se sobrepondo às dinâmicas que estavam acontecendo nesses territórios. Hoje temos um desafio enorme, que é pensar que desenho organizativo vai ser capaz de responder a essa atualidade da favela pacificada.

DIPLOMATIQUE– Isso você está falando do interior de cada favela. E se nós pensarmos nas favelas em geral?

ITAMAR– Se pensarmos nas favelas, temos um processo que é posterior. Bem, não sei se é posterior. Aqui no Rio, apostamos na FafRio [Federação das Associações de Favelas do Município do Rio de Janeiro], na ideia de que temos a maioria das favelas e, portanto, se tivermos uma federação municipal, ela terá mais força. Durante algum tempo, a FafRio teve uma dinâmica mais presente, mas hoje ela desapareceu. A própria Faferj não é uma voz reconhecida, nem pelo Estado nem pela sociedade, no processo de discussão da pacificação. Há um problema aí. E este não se resolve pensando na estrutura da própria Faferj, mudando a diretoria. A nova dinâmica vai ocorrer em cada favela, em cada associação. Só assim ela será capaz de alimentar um novo processo. Por isso eu volto ao ponto das associações locais. Olhar para essa dinâmica do associativismo local e pensar o que é possível produzir como representação coletiva é o que vai ser capaz de provocar uma discussão mais aberta e repensar: “Qual é o seu papel?”.

DIPLOMATIQUE– Paralelamente ao esvaziamento da parte política, há um crescimento enorme do associativismo na área cultural, com o grupo ECO, o Afroreggae, os jornais e rádios comunitários, o APAfunk... Qual é sua opinião sobre esses movimentos na área cultural?

ITAMAR– Essa é uma marca, vamos dizer, da década de 1990, quando a saída para muitos grupos foi a expressão cultural. Mas há expressões e expressões. Há algumas iniciativas que carregam, mesmo trazendo a cultura como principal, o elemento político. Há outros grupos comunitários que, a partir da cultura, fazem um questionamento, mesmo sem ter uma proposta orgânica para isso, mas conscientizam, provocam. Mas há grupos que fazem apenas “sua cultura”, como dizendo: “Não me meto com isso”. Como se esse campo da crítica significasse “sujar as mãos”, enquanto na verdade cultura é tudo. Estranhamente, quanto mais afastado dos questionamentos, maior é a possibilidade de conseguir apoios, porque, infelizmente, nossa cultura política tem dificuldades de lidar com o contraditório. Podemos ver isso em qualquer lugar. O importante é que esses grupos estão resistindo e se multiplicando. Como não possuem uma estrutura pesada, eles podem ser criados a cada esquina. Isso alimenta a possibilidade de continuar pensando que algo está acontecendo. Há um formigamento, uma inquietação se expressando em vários pequenos grupos, em pequenas atividades. Isso está acontecendo agora e vai desaguar em algum lugar, em alguma ação coletiva.

Sonia Fleury, Sabrina Guerghe e Juliana Kabad

São pesquisadoras do Programa de Estudos da Esfera Pública (Peep) da Ebape/FGV.

Palavras chave: cidades, metrópole, favela, UPPs, movimento social, território, controle social, ocupações, ONG, comunidade